

First Submitted: 1 December 2023 Accepted: 31 December 2023

DOI: <https://doi.org/10.33182/y.v4i2.3265>

Numismática da Independência do Brasil: ideais, valores e poder

André Aparecido Bezerra Chaves¹

Resumen

Este artigo apresenta algumas construções historiográficas da economia que foi implantada no Brasil a partir da colonização europeia feita a partir do século XVI como base para se entender o interesse pela Numismática como fonte histórica e objeto de pesquisa; por fim, apresenta uma leitura das moedas comemorativas produzidas pelo Estado brasileiro para celebrar a Independência do Brasil em determinadas efemérides, visando compreender seu uso ideológico por parte das elites socioeconômicas, detentoras também do poder político.

Palabras clave: Brasil; Numismática; Independência; poder; valores

Numismatics of Brazilian Independence: ideals, values and power

Abstract

This manuscript delineates a scholarly exploration of the historiographical frameworks pertaining to the economic systems established in Brazil post-European colonization, commencing in the 16th century. This examination serves as a foundational perspective for comprehending the burgeoning interest in Numismatics, both as a valuable historical resource and as a focal point of academic inquiry. Conclusively, the article offers an interpretative analysis of the commemorative coins minted by the Brazilian government to mark various anniversaries of Brazil's Independence. This analysis aims to elucidate the ideological appropriation of these numismatic artifacts by the socioeconomic elites, who concurrently wield political authority.

Keywords: Brasil; Numismatics; Independence; power; values

Vertentes historiográficas da economia brasileira

Diversificada foi a maneira como se processou a compreensão sobre como foi imposta a economia europeia no Brasil Colonial.

Os primeiros pesquisadores dedicados a essa questão produziram uma historiografia na qual entendiam a incorporação de terras do novo mundo ao poder socioeconômico e político europeu como a busca de alguns traços culturais e tradicionais de identidade que pudessem definir a natureza do poder pessoal das elites socioeconômicas e sua importância para a estabilidade do Estado-nação brasileiro.

Ao observarem as fontes históricas dos três primeiros séculos disponíveis no Brasil e em Portugal, enxergaram que, embora existisse um processo interno de formação do Estado centralizado na figura do rei, o país não possuía condições socioeconômicas para colonizar as

¹ Universidade de São Paulo, Brasil. Correo electrónico: professorandrezao@hotmail.com



terras de além-mar; segundo esses pesquisadores, o rei teria optado por estabelecer maneiras nobiliárquicas com reminiscências feudais para tornar viável um projeto de colonização ibérica na América Portuguesa. Dessa vertente historiográfica, destacaram-se nomes como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878) (Varnhagen, 1956), João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927) (Abreu, 2000), João Pandiá Calógeras (1870 – 1934) (Calógeras, 1980) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883 – 1951) (Vianna, 1987).

Meio termo, assentados na premissa de Karl Heirich Marx (1818 – 1883) de que o processo histórico brasileiro se assentaria em uma posição pré-capitalista periférica (colônia), observavam que a mão de obra escrava, preponderante sobre a assalariada, era interpretada como fator decisivo no processo de produção e acumulação pré-capitalista, cuja finalidade repousava em consolidar o capital do centro (metrópole) (Marx, 1985). A intenção dessa historiografia se pautava em entender as estruturas históricas das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Tese corroborada por Octavio Ianni (1926 – 2004) porque entendeu o Mercantilismo, do qual o Sistema Colonial era peça integrante e fundamental, como uma dinâmica econômica de acumulação pré-capitalista a ser suplantada, com o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente o trabalho humano, para efetivar outra dinâmica econômica, de acumulação iminentemente capitalista (Ianni, 1978), primeiro das elites europeias, depois, brasileiras; e por Florestan Fernandes (1920 – 1995) porque observou o escravo como uma mercadoria que, inserida no meio produtivo, se tornava capital fixo (instrumento de produção), coexistente ao trabalho livre com renda, capital variável, capaz de produzir alguma acumulação como sistema pré-capitalista tendo em vista a necessidade de manter uma dinâmica econômica interna no Brasil Colonial que precisava funcionar com alguma autonomia para suprir os interesses das elites socioeconômicas (Fernandes 1976).

Independente, Jacob Gorender (1923 – 2013) desenvolveu a teoria da formação de um modo de produção tipicamente luso-brasileiro (o “modo de produção escravista colonial”), com desenvolvimento próprio das forças produtivas, infraestruturas (especialmente assentado na exploração do trabalho escravo) e superestruturas (presença de um Estado e leis próprios), capazes de atender às necessidades e interesses das elites socioeconômicas portuguesas (sobretudo a realeza, a nobreza e a burguesia) ao longo do Período Colonial (Gorender, 1978).

Noutro extremo, alguns autores como Caio Prado Júnior (1907 – 1990), Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004), Fernando Antônio Novais (1933 -) e João Manuel Cardoso de Mello (1942 -) tiveram projeção na literatura historiográfica com livros resultantes de pesquisas que apresentaram um entendimento segundo o qual a constituição socioeconômica e política do Brasil Colonial era um projeto metropolitano que visava fortalecer o Estado Moderno (Absolutista) superar quaisquer empecilhos ao desenvolvimento da economia capitalista nascida e em expansão na Europa, como a parte americana constituinte do Império Colonial Português. Uma historiografia interessada em compreender a época (especificidade histórica) no tempo e no espaço, correspondendo à necessidade de se entender as estruturas presentes no século XX (Júnior, 1942; Furtado, 2000; Novais, 1981; Mello, 1994).

Concordam com essa tese vários trabalhos cujos objetos se centravam nos estudos de temas mais específicos como aqueles que se aprofundam não apenas na dinâmica socioeconômica e política relativa ao Pacto Colonial, mas também em suas relações internas e interlocução intercolonial na América, tal a sua vasta dimensão territorial, os quais demonstraram que, além



dos negócios oficiais, era existente volumosa atividade sombria aos olhos metropolitanos, conforme as pesquisas de Alice Piffer Canabrava (1911 – 2003) e José Roberto do Amaral Lapa (1929 - 2000) (Canabrava, 1984; Lapa, 1973), ou ainda, os mecanismos de poder criados a partir das relações socioeconômicas entre os engenhos coloniais no Nordeste brasileiro, as comunidades rurais e urbanas adjacentes e o Estado Português nelas institucionalizado, estudados por Stuart B. Schwartz (1940-) e Vera Lúcia Amaral Ferlini (1944-) (Schwartz, 1999; Ferlini, 1988).

Aqueles que observaram importância na ideia de formação nobiliárquica da colonização brasileira assim o fizeram porque, diante da necessidade de formar uma historiografia que valorizasse a consolidação de um Estado-nação brasileiro, organizado e guiado pelas elites socioeconômicas de origem supostamente europeia, buscaram fontes históricas, sobretudo étnicas, políticas e jurídicas, sobre as quais procuravam enxergar fatos dessas naturezas capazes de justificar a tradição existente em todas as decisões dos ocupantes do poder. Por isso, relegaram para segundo plano entender com profundidade a dinâmica econômica interna ou externa da colônia, reduzindo-a a informar quais produtos e serviços existiam, como a moeda (metálica ou não) facilitou o sistema de trocas e pagamentos nascentes, e se havia algum sistema de crédito.

A moeda como fonte e objeto de pesquisa histórica

Quando os historiadores e sociólogos, dentro e fora dos círculos acadêmicos universitários, se interessaram em pesquisar outras fontes históricas – nos âmbitos públicos ou privados – além dos documentos políticos e jurídicos, interessando-se também a dinâmica econômica da colônia a fim de tentar compreender as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil por volta do primeiro quarto do século XX, fortaleceu-se a tese de uma realidade pré-capitalista ou capitalista dentro das diretrizes Mercantilistas específicas, estabelecidas pelo Estado Absolutista português, convivendo ou enfrentando uma economia paralela, interna e externa o território colonial.

Gradativamente estudos historiográficos e arqueológicos se empenharam em desvendar a presença ou circulação monetária no Brasil Colonial. Diante das transformações sociopolíticas ocasionadas com o desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista na Europa durante o final da Idade Média e início da Idade moderna – sobretudo nas transações comerciais, bancárias, divisão e relações de trabalho – exigiu-se um sistema de trocas e pagamentos que tivesse uma dinâmica eficiente.

A importância do estudo da dinâmica da moeda, metálica ou não, foi compreendido ainda na primeira metade do século XX por economistas como John Maynard Keynes (1883 – 1946). Um instrumento de troca, aceito em uma comunidade para se conseguir bens, serviços, transacionar crédito ou pagar dívidas, segundo necessidades ou desejos individuais, bem como formar poupança ou acumular riqueza; portanto, oferece mais liberdade de escolha e acordo de troca que a permuta em espécie (escambo), especialmente no capitalismo emergente em que a divisão social do trabalho se tornava cada vez mais plural (Keynes, 1985).

Quando poupadas ou acumuladas (ações contrárias à troca), sobretudo no rol de serviços de uma instituição bancária, representam um instrumento de reserva de valor, seja lá qual for a intenção de seu detentor, para trocas futuras, precaução diante de incertezas, simples especulação, ao se enfrentar os riscos das oportunidades de investimento.

Não obstante, no contexto das transformações ocasionadas com o desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista na Europa durante o final da Idade Média e início da Idade Moderna, sobretudo nas transações comerciais, bancárias, divisão e relações de trabalho, exigia-se um sistema de trocas eficiente ao ponto de tornar possível uma unidade de medida e instrumento de reserva de valores para a consolidação da economia do Estado Nacional Absolutista (o Mercantilismo). Cada país passou a moeda metálica como um símbolo ou patrimônio nacional.

No século XVI, nas relações econômicas ocorridas na metrópole europeia e na colônia portuguesa, essa unidade de medida se relacionava às possibilidades de pagamentos aceitas pela Coroa: em metais (normalmente ouro e prata), em forma de moeda, barra ou pó; em escrituras, seja por letras de câmbio, seja por notas promissórias; em mercadorias de valor agregado à época, como açúcar, sal ou tabaco.

Cabe observar que a moeda metálica era cunhada em metais considerados preciosos (sobretudo ouro e prata, embora algumas sociedades considerassem vultosos outros metais como estanho, cobre e bronze); também poderiam ter valor fracionado ou serem compostas de metais com menor valor absoluto, mas com valor intrínseco de troca garantido pelo Estado.

As primeiras moedas metálicas que foram utilizadas no Brasil Colonial no século XVI foram cunhadas na Casa da Moeda em Portugal:



1568 – Cunhada na Casa da Moeda de Portugal, Lisboa. Metal: cobre. Valor Nominal não impresso: R 1\$. Diâmetro 21,0 mm. Peso 1,3g. Anverso: Inscrição “R. SEBASTIANVS .I.”. Reverso: Letra “S” inicial do rei em referência, Dom Sebastião I (1554 – 1578) que governou Portugal entre 1557 e 1578, sob uma coroa, entre duas estrelas de oito pontas.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

Foi apenas no século XVII que Coroa Portuguesa fundou a CMB – Casa da Moeda do Brasil em Salvador na data de 8 de março de 1694, com a intenção de garantir o aumento de oferta de moeda metálica (contra o uso de meios de pagamentos alternativos), a controle circulatório (para evitar o contrabando) e arrecadação tributária. É dessa casa manufatureira a cunhagem das primeiras séries em território do Brasil Colônia: 1.000, 2.000 e 4.000 réis, em ouro, e de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 réis, em prata, que ficaram conhecidas como a “série das patacas”.





1696 – Feita na Casa da Moeda do Brasil, Salvador. Metal: Ouro. Diâmetro 27,0mm. Peso 8,165g. Anverso: Escudo e Coroa Portuguesa; Valor Nominal de Face: R 4\$000; inscrição “PETRVS. II. D. G. PORTV. REX”. Reverso: Cruz católica; inscrição: “ET. BRASILLIAE. DOMINVS. ANNO. 1696”.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

Observar e analisar como o sistema de trocas e pagamentos aconteceu no Brasil Colonial, tendo como principais fontes históricas as próprias moedas, os registros de suas circulações e descobertas arqueológicas, foi a preocupação de crescente historiografia econômica, especialmente os trabalhos de Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima (Lima, 2005; 2018).

Não obstante, na aurora da Idade Moderna, a moeda nacional passou a funcionar como um instrumento de troca econômica que oferecia única denominação de valores porque expressa mesmo nome para variadas unidades monetárias, produzidas por um Estado ou sistema de poder, capaz de facilitar a medição ou cálculo de valor em transações econômicas internas em uma sociedade, ou de troca com outra sociedade.

É sob esse prisma de possibilidades de entender a moeda que existe uma historiografia que procura entender a moeda como a moeda metálica representa um símbolo de poder político e/ou ideológico, como revelou a pesquisa de Marina Contin Ramos (RAMOS – 2015).

A primeira moeda apresentada demonstra que o Estado, na figura do Rei Absolutista, garantia seu valor, o que tranquiliza os súditos em todo o território do Império (na metrópole e nas colônias) a fazerem suas trocas econômicas ou poupança; entretanto, sob as regras da dinâmica do Mercantilismo.

A segunda, embora cunhada na colônia, demonstra que a autoridade máxima do Estado do Império transcontinental ainda se encontrava em Lisboa; na colônia brasileira representada pelas autoridades outorgadas, de natureza civil, militar ou eclesiástica.

Muitas foram as moedas cunhadas para a circulação durante o Brasil Colônia e Reino Unido; mas, foi em 1922 com a Independência, que teve espaço a moeda comemorativa.

Diagnóstico da Numismática da Independência do Brasil

Como uma das formas de marcar a institucionalização de seu poder, Dom Pedro I determinou que fossem cunhadas em ouro a fim de serem distribuídas às autoridades presentes na cerimônia de sua coroação. Deveria ser, portanto, a primeira moeda comemorativa do Brasil enquanto Estado independente. Foram cunhadas 64 peças, mas tiveram sua produção interrompida por ordem do próprio rei, que não gostou do anverso da moeda, com seu busto

de perfil sem uniforme militar e usando uma coroa de louros, que não era nenhuma cobertura militar.



1822 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: ouro. Diâmetro: 32,20 mm. Peso: 14,34g. Valor Nominal não impresso: R 6\$400. Anverso: Busto de perfil despido de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; inscrições “PETRUS I. D. BRASILIÆ IMPERATOR”, “1822” e “R”. Sob o busto do rei, a assinatura do gravador “Z.FERREZ”. Reverso: Armas do Império do Brasil (esfera armilar atravessada pela cruz da Ordem Militar de Cristo dentro de uma bordadura circular, carregada de dezenove estrelas); entre os braços da cruz a inscrição “IN HOC SIG VIN”; a Coroa Real; dois ramos floridos e frutados de café e fumo, atados com o laço nacional.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

Não se sabe o porquê de Dom Pedro II (1825 – 1891), Rei do Brasil entre 1840 e 1889, não mandar cunhar uma moeda comemorativa para o Cinquentenário da Independência do Brasil. As primeiras moedas comemorativas dessa ocasião foram a do Centenário da Independência do Brasil 1822 – 1922, durante o mandato do Presidente da República, Epitácio Pessoa.



1922 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: Bronze-Alumínio. Diâmetro 22,5mm. Peso 4,00g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942), Presidente da República entre 1919 e 1922; envolve-os as inscrições “ACCLAM. DA INDEPENDENCIA” e “X PRESID. DA REPUBLICA” mediadas pela Constelação do Cruzeiro do Sul; a palavra “BRASIL” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Rs 0\$500; uma tocha da liberdade; dois ramos cruzados (café e fumo) se cruzam; a primeira Coroa do Império do Brasil; o barrete frígio emprestado da Revolução Francesa, símbolo da liberdade, independência e república; os anos “1822 – 1922” referentes à frase “7 DE SETEMBRO – 1º CENTENARIO DA INDEPENDENCIA”.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras





1922 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: Bronze-Alumínio. Diâmetro 26,7mm. Peso 8,00g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942), Presidente da República entre 1919 e 1922; envolve-os as inscrições “ACCLAM. DA INDEPENDENCIA” e “X PRESID. DA REPUBLICA” mediadas pela Constelação do Cruzeiro do Sul; a palavra “BRASIL.” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Rs 1\$000; uma tocha da liberdade; dois ramos cruzados (café e fumo) se cruzam; a primeira Coroa do Império do Brasil; o barrete frígio emprestado da Revolução Francesa, símbolo da liberdade, independência e república; os anos “1822 – 1922” referentes às inscrições “7 DE SETEMBRO” e “1º CENTENARIO DA INDEPENDENCIA”.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras



1922 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: Prata. Diâmetro 26,0mm. Peso 8,00g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942), Presidente da República entre 1919 e 1922; envolve-os as inscrições “ACCLAM. DA INDEPENDENCIA” e “PRESID. DA REPUBLICA”, mediadas pela Constelação do Cruzeiro do Sul; a palavra “BRASIL.” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Rs 2\$000; Escudo do Império do Brasil; Escudo da República dos Estados Unidos do Brasil; os anos “1822 – 1922” referem-se à frase “1º CENTENARIO DA INDEPENDENCIA”.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

A historiografia classifica o período em que se encontra essa data festiva de variadas maneiras: “Primeira República” (Fausto, 1975), “República Velha” (Carone, 1969), “República das Oligarquias” (Iglésias, 1993), entre as denominações principais. Utilizam-nas de acordo com a maneira como estudavam o período, enquadrando o conceito que melhor compreendesse aos seus entendimentos.

Não obstante, é possível observar algumas características específicas do período. No plano político nacional, tinham direito à participação política (votar ou candidatar-se), segundo o Artigo 70 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1891), os maiores de 21 anos, exceto os “mendigos” (pobres sem residência fixa), analfabetos, militares de baixa patente, religiosos cujos votos impediriam liberdade para escolher candidatos; nas eleições de 1922,

compareceram 1.066.000 eleitores, o que correspondia a 3,34% da população brasileira de aproximadamente 31.900.000 pessoas.

Isso aconteceu porque os representantes das elites socioeconômicas e políticas brasileiras haviam tomado o comando do Estado brasileiro com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, organizaram um modelo jurídico-legal que a beneficiava diretamente. Latifundiários, grandes industriais e comerciantes, banqueiros, donos de jornais e outros meios de comunicação de massa, entre outros milionários, controlavam as instituições de Estado e promoviam políticas públicas que fortalecia esse controle.

No plano cultural, controlavam a educação e a cultura para que poucos tivessem acesso, evitando que grupos sociais populares (sobretudo operários, camponeses e outros assalariados) pudessem questionar sua submissão; no entanto, deixavam que algumas pessoas, normalmente integrantes de famílias de rendas medianas, para a formação de força de trabalho técnica, sobretudo administrativa, na iniciativa privada, nas instituições de Estado e como profissionais liberais.

Embora agindo ativamente para controlar as instituições sociais a fim de manter o status quo das elites socioeconômicas e políticas, nesse mesmo ano aconteceram várias manifestações contrárias ao regime, especialmente de intelectuais e oficiais militares de baixa patente, entre as quais se destacam: Semana de Arte Moderna em São Paulo (13 a 18 de fevereiro), Fundação do PCB – Partido Comunista Brasileiro (25 de março) e Revolta dos 18 do Forte ou Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho).

Por sua vez, o Estado estava comprometido em organizar a Exposição Internacional em Comemoração do Centenário da Independência do Brasil, realizada em variados edifícios no da Capital Federal, o Rio de Janeiro, entre 7 de setembro de 1922 e 31 de março de 1923. Sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, deveria expor tudo que representasse o “progresso” do país a partir da agropecuária, pesca, indústria extrativa e fabril, comércio, transporte (ferroviário, rodoviário, fluvial e aéreo), comunicação (telegráfica e postal), desenvolvimento científico e das belas artes.

O Tesouro Nacional do Brasil contribuiu para fortalecer essa imagem ideal de progresso ao desenvolver uma família de três moedas que celebrariam o Centenário da Independência do Brasil. No anverso das moedas de grande circulação de Réis (moeda oficial à época) criadas para esse fim (Rs 0\$500, Rs 1\$000 e Rs 2\$000) apareciam os bustos em perfil do Rei Dom Pedro I e do Presidente Epitácio Pessoa como líderes que representaram tanto a autonomia quanto a integração do país com outras nações.

Nos reversos das moedas de Rs 0\$500 e Rs 1\$000 as principais elites rurais do país aparecem sob o símbolo dos produtos que exportam: os ramos de café e fumo. A manutenção do seu poder político – embora compartilhado com os capitalistas de outros segmentos econômicos como a indústria, comércio, bancos – está representada na primeira coroa do primeiro rei do país e no barrete frígio, símbolo da República emprestado dos republicanos franceses no episódio da Tomada da Bastilha, acontecimento símbolo do fim do Absolutismo na Revolução Francesa. Com isso, o Governo Federal tentava demonstrar que o país não vivia mais sob um regime de opressão monarquista, embora escondesse com isso outras formas de dominação como a pouca participação política, a fraca política de desenvolvimento da educação e da cultura, e a desigualdade de renda entre capital e trabalho.



Já o reverso da moeda de RS 2\$000, os brasões do Brasil Imperial e do Brasil Republicano lado a lado, em proporções semelhantes, apresenta-se como continuidade do caráter cívico da independência, cuja decisão de seu destino repousa em sua autonomia política, centrada nos representantes políticos que ocupam os cargos no Estado.

Seu idealismo se relaciona à defesa de uma posição de autonomia política, que valorizava a agroexportação na divisão internacional do trabalho, com uma população que deveria ocupar seu papel em uma sociedade orgânica, na qual a sujeição coletiva ao sofrimento do trabalho traria a prosperidade social.

Meio século depois, as moedas Comemorativas do Sesquicentenário da Independência do Brasil 1822 – 1972 foram lançadas para observar os 150 anos dessa data no interregno do mandato do General Ditador expoente da chamada “Linha Dura” das Forças Armadas, 1969 – 1974, Emílio Médici.



1972 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: Níquel. Diâmetro 29,0mm. Peso 10,08g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Perfil de Emilio Garrastazu Médici (1905 – 1985), Presidente da República entre 1969 e 1974; Logotipo Oficial do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Palavra “BRASIL” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Cr\$1,00; Mapa estilizado do Brasil.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras



1972 – Cunhada na Casa da Moeda da França, Paris. Metal: Prata. Diâmetro 34,1mm. Peso 18,04g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Perfil de Emilio Garrastazu Médici (1905 – 1985), Presidente da República entre 1969 e 1974; Logotipo Oficial do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Palavra “BRASIL” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Cr\$20,00; Mapa estilizado do Brasil.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras



1972 – Cunhada na Casa da Moeda da França, Paris. Metal: Ouro. Diâmetro 27,5mm, Peso 16,65g. Anverso: Busto em perfil de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831; Perfil de Emilio Garrastazu Médici (1905 – 1985), Presidente da República entre 1969 e 1974; Logotipo Oficial do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Palavra “BRASIL.” identifica a nação a que se refere. Reverso: Valor Nominal de Face: Cr\$300,00; Mapa estilizado do Brasil.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

O governo do General-Ditador Emílio Médici foi caracterizado como um regime político totalitário em variados aspectos, que no Brasil foi chamado de “Ditadura Militar”. Esse regime de exceção à Democracia se justificaria pela necessidade de se usar a força para acabar com “células” nacionais do comunismo (como eram chamadas as organizações de resistência, armada ou não), relacionadas ao “terrorismo internacional” financiado por Moscou, um regime totalitário, em um contexto de Guerra Fria entre duas superpotências hegemônicas: Estados Unidos da América, capitalista, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, comunista.

No plano político nacional, eram legalizados dois grupos políticos (ARENA – Aliança Renovadora Nacional, situação, e MDB – Movimento Democrático Brasileiro, oposição moderada) que ofereciam candidatos aos cargos eletivos nos poucos pleitos que aconteciam e tentavam mascarar a face autoritária do regime; também mantinham forte repressão e controle sobre sindicatos, instituições civis e demais organizações sociais capazes de criticar o regime.

No socioeconômico, em meio a forte desenvolvimento do PIB – Produto Interno Bruto, uma crescente desigualdade se avolumava porque as políticas econômicas favoreciam a uma maior remuneração do capital em detrimento do trabalho, que à época ficou conhecido por “arrocho salarial”, uma forma que a grande mídia usou para explicar que a queda do salário real (poder de compra) e consequente empobrecimento da maior parte da população era resultados dos “sacrifícios” feitos pela população para garantir “o desenvolvimento e o crescimento” do país, cujos resultados viriam com o tempo; o que não aconteceu para os trabalhadores, apenas para os empresários dos mais variados segmentos econômicos. No cultural, um forte controle, censura e repressão sobre os o meio educacional e artístico, especialmente sobre as pessoas que criticavam o estado vigente das relações humanas no Brasil.

Diante desse quadro, era necessário que o Governo Federal mantivesse extenso programa publicitário, não apenas compartilhando informações de seu interesse e censurando os que não eram, com os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal, revista, entre os fundamentais), mas também criando uma série de instrumentos ideológicos que valorizavam a unidade nacional do “cidadão de bem” (que aceitava ou até “amava” seu país, mesmo com um regime repressor) através do civismo e do nacionalismo; grande promotora dessa



publicidade foi a AESP – Assessoria Especial de Relações Públicas, vinculadas ao Executivo Federal.

No entanto, o BC – Banco Central do Brasil também contribuiu para o fortalecimento da imagem do regime ao criar os desenhos de específica coleção de moedas que celebravam o Sesquicentenário da Independência do Brasil. No anverso das moedas de Cruzeiro (moeda oficial à época) criadas para esse fim (Cr\$1,00, Cr\$20,00 e Cr\$300,00) apareciam os bustos em perfil do Rei Dom Pedro I e do General Ditador com as datas “1822” e “1972” ligadas, como se o poder centralizado e forte do Poder Executivo pelo primeiro fosse seguido pelo segundo, não mais por um superpoder específico criado pela Constituição do Império do Brasil de 1824, capaz de intervir nos outros poderes (Legislativo e Judiciário) de maneira autoritária, (devido ao Poder Moderador), mas a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1964, com redação atualizada em 1967.

No reverso, o centro geopolítico de poder migrado do Rio de Janeiro para Brasília, que se tornou núcleo de irradiação das “linhas” que atingem as fronteiras do território nacional, os ditames que deveriam ser obedecidos por todos os “cidadãos de bem” que confiaram e obedeceram o regime.

Seu idealismo se relacionava à defesa de um poder centralizado e forte, capaz de defender seus valores: liberdade econômica (mas comprometido em favorecer o capital), propriedade privada (especialmente a produtiva), sociedade mecanicista positivista (cada pessoa deveria ter seu papel funcional no mecanismo social, qualquer um que tentasse fugir a essa dinâmica, deveria ser “extraída”).

Em 2022, há outra realidade conturbada no Brasil. No entanto, o BC não mais poderia servir aos interesses promocionais do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, deveria ser mais sutil para criar medalhas comemorativas do Bicentenário da Independência do Brasil porque a Lei Número 6.454 (1977) as proibia.

Em 26 de julho de 2022, o BC lançou as Moedas Comemorativas dos 200 anos da Independência do Brasil.



2022 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Metal: Cuproníquel. Diâmetro 30,0 mm. Peso 10,17g. Anverso: Detalhe do quadro “Independência ou Morte!” de Pedro Américo (1843 – 1905), apresentado em 1888, no qual de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831 empunha sua espada no momento do Grito da Independência, em torno do qual aparecem as inscrições “Bicentenário da Independência – 1822 – 2022” e “Brasil”. Reverso: Valor Nominal de Face: R\$2,00; faixa verde e amarela em movimento; os quatro primeiros versos do Hino da Independência do Brasil “Já podeis da Pátria filhos, Ver contente a mãe gentil; Já raiou a liberdade No horizonte do Brasil”; ano de 2022. Tiragem 40 mil.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras



2022 – Cunhada na Casa da Moeda do Brasil, Rio de Janeiro. Tiragem: 40 mil. Metal: Prata. Diâmetro 40,0 mm. Peso 28,00g. Anverso: Detalhe do quadro “Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência” de Georgina Moura Andrade de Albuquerque (1885 – 1962), apresentado em 1922 na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, no qual reúne Maria Leopoldina de Habsburgo (1797 – 1826), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775 – 1844), Joaquim Gonçalves Ledo (1781 – 1847), José Clemente Pereira (1787 – 1854); busto de Dom Pedro I (1798 – 1834), Rei do Brasil entre 1822 e 1831, copiada da Litogravura “D. Pedro I: Imperador” de Sébastien Auguste Sisson (1824 – 1898), em torno dos quais aparecem as inscrições “Bicentenário da Independência – 1822 – 2022” e “Brasil”. Reverso: Valor Nominal de Face: R\$5,00; Bandeira da República Federativa do Brasil em movimento; os quatro primeiros versos do Hino da Independência do Brasil “Já podeis da Pátria filhos, Ver contente a mãe gentil; Já raiou a liberdade No horizonte do Brasil”; ano de 2022, Tiragem 20 mil.

Fonte: Catálogo de Moedas Brasileiras

No mesmo ano de 2022 ocorreram eleições livres para a escolha dos principais cargos Legislativos e Executivos do país concentram propostas diferentes que modelam as administrações nos dois primeiros decênios do século XXI. Luiz Inácio Lula da Silva foi o candidato PT – Partido dos Trabalhadores e já havia ocupado a Presidência da República entre 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010; sucedido por Dilma Vana Rousseff (que governou entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), do mesmo partido, fizeram governos de coalizão de centro no qual desenvolveram políticas públicas baseadas no respeito à diversidade política e às instituições democráticas, bem como na colocação do Estado como agente da promoção social, planejador e organização das atividades econômicas.

Michel Miguel Elias Temer Lullia, filiado ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, Vice-Presidente da República de Dilma Rousseff, assumira a Presidência da República após um Golpe de Estado Civil em 31 de agosto de 2016 e permaneceu no cargo até 31 de dezembro de 2018 com uma agenda econômica Neoliberal que diminuiu os direitos trabalhistas ampliando a precarização do proletariado, e reduziu os investimentos do Estado na promoção social (saúde, educação, moradia, transporte, cultura, segurança pública, etc.); o desemprego e a fome atingiram níveis do último quartel do século XX, porque foram favorecidos os ganhos do capital, a concentração de riquezas chegou a níveis alarmantes.

Jair Messias Bolsonaro, do PSL – Partido Social Liberal, foi eleito em outubro de 2018 para um mandato de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. Aprofundou a mesma agenda de favorecimento do capital, mas radicalizou discursos seccionistas ao instituir políticas públicas de extrema direita que dividiam a sociedade entre “cidadãos de bem”, quem os apoiava, e “esquerdistas”, a oposição; tinha pouco apreço – quando não desdenhava – das instituições democráticas, desenvolveu políticas econômicas Neoliberais que escassearam a proteção aos ecossistemas brasileiros, bem como empreendeu um discurso “moralista conservador” que discriminava os grupos minorizados (indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, grupos LGBTQIAPN+, etc.).



Vendeu a imagem de grandes protetores da moral e da família tradicional, bem como de “protetores” dos símbolos nacionais que representariam a união dos “patriotas”. Não por outro motivo foi impresso pela primeira vez na História da Numismática do Brasil, no reverso da moeda de dois Reais, uma fita verde e amarela em movimento, cores que são frequentemente utilizadas pelos conservadores de extrema direita em vestuário (em especial ao usarem a camiseta amarela da Seleção Brasileira de Futebol) ou ostentação da Bandeira Nacional, que tem essas cores em preponderância. Bandeira essa que aparece sem cores no reverso da moeda de 5 Reais, mas mantém a ideia de esses “patriotas” conservadores eram zeladores dos símbolos nacionais.

Os primeiros versos do Hino da Independência apresentadas nos reversos das duas moedas também os colocam como defensores da liberdade, mas no seu entender, a liberdade que eles valorizavam: não a liberdade regulamentada pelas regras da vida democrática, mas a liberdade irrestrita, típica do Neoliberalismo no âmbito econômico, e dos princípios fascistas de controle e exclusão social no âmbito sociocultural.

No averso da moeda de 2 Reais, destacou-se a imagem central do quadro “Independência ou morte” de Pedro Américo, encomendado pela Família Imperial e a ela apresentado em 8 de abril de 1888 em Florença; no Brasil, foi exposto ao público em 7 de setembro de 1895 na inauguração do Museu Paulista. Teve como objetivo ressaltar a importância do Poder Central Forte na figura do Rei e, como consequência, a lisura da forma de governo monárquica.

É sabida a idealização do local, pessoas presentes, seus papéis no tecido social e do fato na composição da obra pictográfica a fim de criar uma memória coletiva (Oliveira 1999). Destaca-se nela a figura de Dom Pedro I que escolhe o alto de leve colina para empunhar a espada (símbolo do poder sobre as Forças Armadas; portanto apresenta-se como seu comandante) cercado pelos “dragões” de sua Guarda Real, todos a vestir traje de gala para o momento de maior importância da História do Brasil; no canto inferior esquerdo do retângulo artístico, aparece um camponês pobre assiste a tudo com olhar de espanto e incompreensão da ocasião. A ideia é clara: política de Estado é uma relação humana que se limita às elites socioeconômicas, que através da educação formal que tiveram, compreendem a sociedade com seus desatinos, e são capazes de transformá-los.

Por sua vez, o recorte da imagem para a moeda foca na figura do Chefe de Governo, também Chefe Supremo das Forças Armadas, que sabe conduzir os destinos da nação, basta para o desenvolvimento do país, independente dos representantes do Poder Legislativo e da autoridade do Poder Judiciário. Isso se enquadra deliberadamente com os discursos contínuos de Jair Bolsonaro, que coloca em dúvida constantemente as regras da democracia brasileira e valoriza a autocracia.

No averso da moeda de 5 Reais, um recorte do quadro “Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência” de Georgina Moura Andrade de Albuquerque, no qual aparece a figura austera do Imperador em primeiro plano, que confia nas pessoas representantes das elites socioeconômicas e políticas que o cercam: Maria Leopoldina, primeira esposa do rei, José Bonifácio, Martin Francisco, Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manoel Antônio Farinha, Lucas José Obres (Conselheiro Obes) e Luiz Pereira da Nóbrega aparecem no quadro original. A partir da leitura do livro “História do Brasil” do historiador José Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933), a artista tentou descrever como teria ocorrido o encontro no qual, diante dos argumentos de José Bonifácio

aos presentes e com a anuência de todos, Dona Leopoldina decidiu a escrever as cartas que seriam entregues a Dom Pedro próximo ao Riacho do Ipiranga, documentos decisivos para sua opção repentina e emocional – portanto eufórica – de bradar para as testemunhas sua vontade de separar o Reino do Brasil do Reino de Portugal e dos Algarves. Dessa maneira construída, a obra de arte não entrava em contradição com a cena imaginada por Pedro Américo, mas se apresentava como um complemento.

Dessa maneira, reforça a ideia elitista das transformações políticas, de que o restante da população deve confiar plenamente em suas orientações porque saberiam o que era melhor para a nação.

Embora não tenha colocado sua imagem e as moedas não entrassem em circulação, os profissionais que idealizaram as Moedas Comemorativas dos 200 anos de Independência do Brasil para o BC, de maneira sutil, colocaram símbolos que possuíam mesmo perfil ideológico de Jair Bolsonaro.

Conclusão

Além de instrumento de troca econômica e de símbolos de poder político e ideológico, as moedas comemorativas do fato histórico político Independência do Brasil, foram elaboradas como instituições de legitimação: as elites socioeconômicas precisavam comunicar ao restante da população que a condução das rupturas e continuidades do controle do Estado e das relações políticas se faziam através das grandes personalidades, representantes de seus ideais, valores e poder.

Referências

- Abreu, Capistrano Honório de. Capítulos de História Colonial (1500 – 1800), São Paulo, Publifolha, 7ª Edição, 2000 (1ª Edição, 1907), pp. 65 – 81.
- Calógeras, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira Volume 42, 1980, 8ª Edição, 1980 (1ª Edição, 1930), pp. 8 – 11.
- Carone, Edgard. A República Velha – Volume I – Instituições e Classes Sociais, Volume II – Evolução Política, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1969 – 1970.
- Catálogo das Moedas Brasileiras in <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/index.asp> acessado em 25/01/2024.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891 in https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm acessado em 25/01/2024.
- Fausto, Boris. Tomo III – O Brasil Republicano – Volume 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930), Volume 2 – Sociedade e Instituições (1889 – 1930) in História Geral da Civilização Brasileira Volumes 8 e 9, Difel – Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1975.
- Fernandes, Florestan. Circuito Fechado, São Paulo, Editora Hucitec, 1976, pp. 11 – 63.
- Furtado, Celso Monteiro. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Publifolha, 2000 (1ª Edição, 1959), pp. 3 – 67.
- Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, São Paulo, Editora Ática, 1985, 4ª Edição (1ª Edição, 1978), pp. 149 – 369.
- Ianni, Otávio. Escravidão e Racismo, São Paulo, Editora Hucitec, 1978, pp. 3 – 50.
- Iglésias, Francisco. Trajetória Política do Brasil, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1993, 2ª Edição.
- Júnior, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942, 1ª Edição. pp. 111 – 123.
- Keines, John Maynard. A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, São Pulo, Editora Nova Cultural, 1985, 2ª Edição, pp. 123 e seguintes.



- Lei Número 6.454 de 24 de outubro de 1977 que Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e da outras providências in https://www.planalto.gov.br/_03/leis/l6454.htm acessado em 25/01/2024.
- Lima, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma Análise Crítica da Literatura sobre a Oferta e a Circulação de Moeda Metálica no Brasil nos séculos XVI e XVIII in Revista de Estudos Econômicos da USP, São Paulo, Volume 35, Número 1, Janeiro-Março, 2005, pp. 169 – 201.
-
- Algumas questões relativas à Moeda Metálica no Brasil nos séculos XVI a XVIII: notas para discussão in Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas, Conservatória, 2005. Oferta e Circulação de Moeda Metálica no Brasil no Colonial Tardio (1750 – 1808), Texto para Discussão 018, IE – Instituto de Economia da UFRJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018, pp. 1 – 34.
- Marx, Karl Heinrich. O Capital – Crítica da Economia Política, São Paulo, Editora Nova Cultural, Volume II, 1985, 2ª Edição, pp. 261 – 302.
- Mello, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio, São Paulo, Editora Brasiliense, 9ª Edição, 1994 (1ª Edição, 1982), pp. 29 – 53.
- Novais, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808), São Paulo, Editora Hucitec, 1981, 2ª Edição, pp. 57 – 106.
- Oliveira, Cecília Helena de Salles & MATTOS, Cláudia Valadão (Org.). O Brado do Ipiranga, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Museu Paulista, 1999.
- Ramos, Marina Contin. Com Vargas no Bolso: o Meio Circulante Brasileiro como Ideologia e Propaganda do Estado Novo, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- Vianna, Francisco José de. História Social da Economia Capitalista no Brasil, Belo Horizonte/Niterói, Editora Itatiaia/EDUFF-Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987, pp. 108 – 124.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal, São Paulo, Edições Melhoramentos, 6ª Edição, 1956 (1ª Edição, 1854), Volume I, pp. 150 – 164.